



PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Autoridade para as Condições de Trabalho terá visitado a empresa e ter-se-á encontrado com a Administração na semana de 2 a 6 de Fevereiro.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do **Ministro da Economia e Inovação** me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Que avaliação tem o Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social da situação vivida pelos trabalhadores da CAERFER? Porque não houve uma intervenção atempada, através do AGIIRE, dado que vários problemas, inclusive o atraso no pagamento dos salários, eram há muito conhecidos? O que foram fazer os inspectores da ACT à empresa na semana referida? Porque não se encontraram com os trabalhadores ou seus representantes?
2. Qual a legalidade da decisão e procedimentos da Administração no encerramento da empresa e despedimento colectivo dos seus trabalhadores? Que medidas vão ser tomadas relativamente à violação da lei do trabalho?
3. Qual a situação da empresa face ao fisco e à Segurança Social? Que apoios recebeu a empresa do Estado Português ao longo dos últimos anos? Que avaliação económico-financeira tem o Governo da situação da empresa?
4. Que medidas vão ser tomadas para avaliar a empresa no tratamento contabilístico das contas, nas suas relações com clientes e fornecedores, e na criação de uma imobiliária para onde terá sido transferida parte do património da empresa, que alguns trabalhadores suspeitam estar feridas de ilegalidades? Pensa o Governo proceder à denúncia ao Ministério Público?
5. Que medidas estão tomadas para assegurar todos os direitos dos trabalhadores?

Palácio de S. Bento, 10 de Fevereiro de 2009

Deputado

Agostinho Lopes